

Contas Pendentes: ou "Como os argentinos estão bem mais avançados em relação ao tratamento das empresas que colaboraram com a ditadura"

Pedro Henrique Pedreira Campos¹

Resenha de: VERBITSKY, Horacio; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo. *Cuentas Pendientes: los cómplices económicos de la dictadura*. Buenos Aires: Siglo Ventiuno, 2013. 464p.

Em dezembro de 2017, diversos movimentos sociais argentinos ocuparam as ruas de Buenos Aires para protestar contra a reforma da previdência proposta pelo governo Macri. A alta combatividade do movimento organizado de trabalhadores da Argentina gerou invejas no Brasil, que tinha visto recentemente a aprovação de uma contra-reforma trabalhista e uma lei que facilitava a terceirização. A mobilização popular foi intensa e ajudou a deter a perda de direitos por parte da classe trabalhadora do país.

Não é apenas no que diz respeito à resistência à agenda neoliberal regressiva do seu governo que os argentinos estão mais avançados que os brasileiros. O país avançou mais também na questão da reparação em relação ao seu regime autoritário, com a penalização de torturadores, ditadores e outros agentes do terrorismo de Estado que vigorou no último regime militar no país, entre 1976 e 1983. Dentro da agenda da memória e justiça em relação à ditadura, eles estão em um estágio bem mais avançado de debate e ação também no que compete ao tratamento dos agentes econômicos que cooperaram com o autoritarismo.

Sobre essa questão, uma obra fundamental lançada recentemente é o livro organizado por Horacio Verbitsky e Juan Pablo Bohoslavsky, "*Cuentas Pendientes: los cómplices económicos de la dictadura*", lançado há cinco anos em Buenos Aires. A obra analisa e investiga vários casos e dimensões do processo de envolvimento de empresas com o regime civil-militar imposto no país com o golpe de Estado de 1976. Bohoslavsky é formado em Direito e tem uma vasta produção bibliográfica, inclusive sobre a cumplicidade econômica de empresas em outras ditaduras latino-americanas, como a uruguaia². Verbitsky é escritor e jornalista argentino e atua em organizações não-governamentais como Human Rights Watch.

¹ Professor do Departamento de História e Relações Internacionais da UFRRJ.

² BOHOSLAVSKY, Juan Pablo (org.). *El Negocio del Terrorismo de Estado: los cómplices económicos de la dictadura uruguaya*. Montevideo: Penguin Random House, 2016

Trata-se de uma obra ampla e diversificada. Contando com 25 seções (23 capítulos, a Introdução e o epílogo), o livro é dividido em oito partes e tem um total de 464 páginas, contando com a colaboração de 23 autores. Estes têm formação diversa - no Direito, na História e em outras Ciências Humanas - e há alguns de perfil não-acadêmico. Vários atuaram na Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (Conadep), a primeira comissão da verdade do mundo, instituída em 1983, logo após o fim do regime. Com a obra, os organizadores e autores pretenderam apresentar uma dimensão menos explorada quando se trata de discutir os crimes perpetrados por agentes estatais no período da ditadura, qual seja, a da cumplicidade econômica de empresas e empresários que deram suporte ao regime e se beneficiaram do mesmo mediante a implementação da política econômica e de medidas direcionadas para certos setores e grupos. Assim, eles avançam na própria caracterização do regime político imposto com o golpe:

La denominación "dictadura militar" va cayendo en desuso, a favor de otras más complejas y aproximadas a la realidad de lo que fue un bloque cívico, militar, empresarial y eclesiástico. Empresarios que son procesados penalmente por contribuir a desaparecer sus operarios, víctimas que demandan a los bancos que financiaron a la dictadura, reclamos económicos en el fuero laboral por detenciones en el lugar de trabajo que se convierten en desapariciones y son declarados imprescritibles, sentencias que instruyen investigar la cumplicidad editorial de diarios, pedidos efectivos de procesamiento contra empresarios de medios por haber implementado campañas de manipulación de la información en connivencia con los planos represivos, procesamientos por extorsión de empresarios y usurpación de bienes, la investigación estatal sobre el caso "Papel Prensa", la creación de una unidad especial de investigación de delitos de lesa humanidad con motivación económica en el ámbito de la Secretaría de Derechos Humanos y de una oficina de coordinación de políticas de derechos humanos, memoria, verdad y justicia dentro de la Comisión Nacional de Valores son algunas muestras de esta nueva tendencia.³

Assim, o caráter da obra não se limita a um estudo meramente investigativo, com vista ao esclarecimento do que ocorreu ou a explicação do fenômeno histórico. O objetivo dos organizadores é buscar, com o conhecimento acumulado, avançar na política de reparação envolvendo os agentes econômicos relacionados com crimes durante a ditadura. Mas eles não se limitam no livro a uma batalha judicial:

Identificar y exponer el verdadero y específico papel desempeñado por los actores económicos es un desafío que excede lo jurídico. Interpela la noción estática y monolítica de Estado en procura de captar las interrelaciones e interdependencias tejidas entre lo público y lo privado durante el período

³ VERBITSKY, Horacio; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo. *Cuentas Pendientes: los cómplices económicos de la dictadura*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2013. p. 12-13.

autoritario, de manera que el significado de la expresión “terrorismo de Estado” refleje adecuadamente esa trama público-privada.⁴

Ao final do livro, eles desenvolvem uma agenda de trabalho na qual propõem uma nova Comissão Nacional da Verdade, que avance mais na questão da cumplicidade econômica com o regime. Eles propõem ainda reformas no Código Civil, defendendo medidas como a nulidade das obrigações monetárias contraídas em períodos de regime de exceção.

Percorrendo as partes que constituem a obra, em uma primeira divisão os autores dos capítulos discutem a formação e a doutrina econômica aplicada durante o regime, problematizando a situação das finanças públicas e analisando a dimensão geopolítica e internacional da ditadura em meio à dinâmica da Guerra Fria. Eles problematizam o perfil da formação da equipe econômica que atuou no regime, indicando a passagem de vários quadros pela escola de Chicago e o papel das *think tanks*, como a Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas (Fiel) e Fundación Mediterránea⁵. Há também todo um tratamento na obra sobre a colaboração internacional para a ditadura argentina, com negócios envolvendo empresários italianos e argentinos - incluindo até a participação de lojas maçônicas - e o apoio do Estado norte-americano, que reconheceu o novo governo apenas 48 horas após o golpe. Houve um suporte também do Fundo Monetário Internacional, que liberou US\$ 127 milhões ao governo argentino logo após a derrubada do governo de Isabelita (María Estela) Perón e viu suas políticas prescritas serem aplicadas pela ditadura, conduzida economicamente pela figura do ministro da Economia José Alfredo Martínez de Hoz, neto do fundador da Sociedad Rural Argentina (SRA) e ativo presidente da siderúrgica Acindar quando o golpe foi desferido. Martínez de Hoz foi um dos principais agentes civis da ditadura e teve importante peso no processo de reorganização da economia argentina, sendo uma figura que desempenhou no regime um papel similar ao que Antonio Delfim Netto operou na ditadura brasileira.

Em outra parte da obra, eles tecem uma série de considerações sobre a jurisprudência e história do processo de penalização de empresas envolvidas com crimes em regimes autoritários, retomando as decisões do Tribunal de Nuremberg e em outras ditaduras do século XX. Discutem também alguns entendimentos já consolidados na área dos Direitos Humanos nos organismos internacionais, como na Organização das Nações Unidas (ONU), no Tribunal Penal Internacional (TPI) e na Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (CIDH), que já avançaram em algumas compreensões, como o rechaço da "teoria dos dois demônios", ou melhor, a idéia de que os dois lados - o Estado e a guerrilha de esquerda de

⁴ Idem, p. 17.

⁵ Também estudadas por RAMÍREZ, Hernan. *Corporaciones en el Poder: institutos económicos y acción política em Brasil y Argentina*; IPES, FIEL y Fundación Mediterránea. San Isidoro: Lenguaje Claro, 2007.

oposição - cometeram crimes e violências equiparáveis nas ditaduras latino-americanas.

Em uma parte específica do livro, problematizam a política implementada em relação aos operários e sindicatos, analisando a cassação de direitos conquistados pelos trabalhadores e a repressão imposta no período. Mostram como houve uma ação deliberada de redução dos salários dos trabalhadores e dos postos de trabalho na indústria. Analisam também o uso do ambiente de empresas para a repressão, com os casos particulares da Ford, onde 21 trabalhadores chegaram a ser presos e torturados no interior da fábrica; da Mercedes, cuja planta fabril teve 16 operários desaparecidos no período; do engenho de açúcar Ledesma e das siderúrgicas Techint e Acindar, sendo essa o caso mais grave, onde 150 trabalhadores foram detidos e foi implantado um verdadeiro quartel militar dentro da fábrica. No que tange aos sindicatos, os autores verificaram a colaboração de certos agentes da cúpula sindical com o regime, com o fito de reprimir correntes mais combativas do movimento de trabalhadores, como no caso do sindicato dos trabalhadores do setor automotivo, que reunia 120 mil filiados no início da ditadura.

No que tange à colaboração dos empresários, os autores verificaram o intenso apoio prestado pelas câmaras agropecuárias ao golpe e ao regime. São analisadas também a cumplicidade da alta hierarquia da Igreja Católica no país, que foi conivente com o regime e recebeu recursos de agências estatais no período, e também das associações de advogados, que hoje se opõem à política de reparação. Além disso, analisam o apoio prestado pela grande imprensa diária, em particular os jornais *Clarín*, *La Nación*, *La Razón*, que além de terem apoiado o regime, adquiriram a firma "Papel Prensa", que produzia papel para produção de jornal e que tinha parcial controle do empresário e banqueiro David Graiver, apontado pela ditadura como um dos administradores dos recursos do movimento de esquerda *Motoneros*. Graiver morreu em um acidente de avião no México em 1976 em condições até hoje não esclarecidas e a viúva foi pressionada a vender o controle da empresa para os três grupos de comunicações, a um preço que correspondia a um terço do avaliado para a empresa no período, em um total de US\$ 8,3 milhões. Dez anos depois a empresa valia US\$ 250 milhões. A operação foi apontada como ilegítima e fraudulenta em 2010 pela Secretaria de Direitos Humanos do governo argentino.

De todos os artigos do livro, a nosso ver, sobressai a análise procedida no texto de Eduardo Basualdo. No capítulo dedicado à macroeconomia do período autoritário, o autor reivindica que a ditadura argentina inaugurou um novo padrão ou regime de acumulação de capital. Após o padrão agroexportador das primeiras décadas do século XX e o substitutivo de importações aplicado desde os anos 1950, a ditadura deu início a um novo modelo desde meados da década de 1970, baseado fundamentalmente na valorização financeira. Usando do aparato teórico e conceitual de Nicos Poulantzas, Basualdo entende que o novo regime de

acumulação pressupôs um reordenamento do bloco de poder, composto a partir de então por grupos locais, como a fração diversificada da oligarquia pampeana, e o capital financeiro internacional. O novo modelo pressupunha também o fortalecimento da produção para exportação de gêneros agropecuários, com reprimarização e desindustrialização da economia do país. Houve amplo endividamento público, enfraquecimento das estatais e a de quebra das finanças governamentais, o que facilitava a centralidade de acumulação de capital na esfera financeira. Para o autor, a *guerra sucia* estava relacionada com esse projeto, já que enfraquecia o operariado e redimensionava a indústria e o mercado interno. A renda dos trabalhadores se reduziu 40% entre 1976 e 1977, no compasso da elevação da taxa de lucro dos empresários. Assim, a repressão servia à implementação daquele projeto econômico. Em apoio à tese do autor, outros textos do livro indicam que o produto da indústria se reduziu 11,3% ao longo da ditadura, perdendo participação no PIB, enquanto a produção agrícola cresceu sem pausa e elevou-se 42% no mesmo período.

O artigo avança em algo pouco comum em outros capítulos da obra, que é a relação estabelecida entre a ditadura e a dinâmica da acumulação capitalista e da atuação das classes sociais. Assim, algumas ressalvas podem ser feitas à coletânea, que insiste na temática dos direitos humanos, da democracia e da judicialização. O próprio termo "cumplicidade", usado na obra, denota uma posição de exterioridade e sugere que os empresários não constituíam o regime. Alguns artigos chegam a questionar o conceito, mas ele é visível em várias partes do livro, principalmente quando há um tratamento da questão na perspectiva do Direito. Por fim, um último apontamento pode ser feito em relação à ausência de uma proposição de encampação de empresas envolvidas com aquisições indevidas, favorecimentos e violência contra trabalhadores. Os autores não cogitam essa hipótese, mesmo havendo precedentes históricos, como o caso da estatização da montadora Renault pelo Estado francês após a II Guerra Mundial por sua colaboração com o regime nazista⁶.

Apesar dessas breves e pontuais ressalvas, as qualidades superam em larga escala as possíveis falhas e ausências. O livro constitui uma contribuição fundamental para o debate, podendo servir de modelo para pesquisas e ações em outros países que passaram por regimes ditatoriais, em particular na América Latina. Ele vem sendo amplamente estudado e usado no Brasil, onde serve como uma espécie de guia para o Intercâmbio, Informações, Estudos e Projetos (IIEP), iniciativa de sindicalistas que conseguiu reunir documentos para uma ação judicial contra a Volkswagen do Brasil por sua colaboração com a perseguição e tortura de operários na ditadura brasileira. Esse certamente constitui o caso mais avançado de reparação envolvendo a cooperação de empresa com o regime

⁶ Para isso, ver LANDES, David S. *Dinastias: esplendores e infortúnios das grandes famílias empresariais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

autoritário no Brasil. O livro chegou a ser usado também como inspiração nos trabalhos de uma frente da Comissão Nacional da Verdade brasileira.

Outro ponto alto da obra diz respeito à possibilidade que ele abre para comparação de aspectos da ditadura argentina com a brasileira. A obra permite que possamos estabelecer paralelos, verificando semelhanças e diferenças com a realidade brasileira. Assim, por exemplo, parece que a condução da política econômica dos dois países diferiu muito, dado que a ditadura brasileira - iniciada 12 anos antes da argentina - teve uma orientação predominantemente expansionista, "desenvolvimentista" e voltada para o crescimento da indústria, em boa medida com produção voltada para o mercado doméstico. Isso parece contrastar com a experiência sentida na Argentina. Da mesma forma, o processo de transição nos países diferiu muito, sendo o processo brasileiro muito mais caracterizado pelo controle e domínio por parte do grupo civil-militar que conduzia o regime.

Dessa forma, o livro *Cuentas Pendientes* deve ser lido pelos pesquisadores e cidadãos brasileiros preocupados com a questão da democracia e do envolvimento de empresas com a ditadura no país. Trata-se de uma obra que, ao mesmo tempo, serve para mostrar como os pesquisadores e movimentos organizados na Argentina estão bem mais avançados nessa questão e também para nos incentivar a seguir nessa trilha e tentar estudar e buscar a reparação em relação ao envolvimento de agentes econômicos com o regime ditatorial implantado com o golpe de Estado de 1964.

Resenha recebida em 31.8.2017

Aprovada em 4.10.2017